

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – Comunicação de**

Líder: Muito obrigado, presidente Mônica, eu quero aproveitar esses cinco minutos de fala de liderança para apresentar aos colegas vereadores uma atualização dos trabalhos da Comissão Especial de Revisão Legislativa, que semana passada fizemos, eu, enquanto presidente e demais colegas vereadores que compõem a Frente Parlamentar. Eu vou fazer uma breve explanação de como andam os trabalhos. Nós temos aí, desde março, trabalhado para fazer um

pente-fino nas mais de 12.000 leis do Município. Nós temos mais de milhares de decretos municipais, dentre outros regramentos que nós estamos fazendo uma divisão do trabalho, entre os parlamentares e suas equipes, e conseguindo avançar no tema.

É importante destacar o trabalho dos colegas que compõem a Comissão Especial de Revisão Legislativa, o nosso vice-presidente, Rafão Oliveira, nosso Relator, ver. Mendes Ribeiro, o ver. Ricardo Gomes, o ver. João Bosco Vaz, ver. Moisés Barboza, ver. José Freitas, ver. Wambert, ver. Nelcir Tessaro e ver. Hamilton Sossmeier. Esses são os integrantes da nossa Comissão Especial.

O que foi feito até agora, colegas, para que todos fiquem a par, nós passamos já o levantamento e análise das 12.840 leis do Município, fizemos a catalogação das leis por tema, fizemos, também, as reuniões com servidores e também reuniões de equipes dos mandatos dos vereadores, que compõem a Comissão para organizar os trabalhos e adequar toda essa análise e pente-fino dentro daquelas três frentes de trabalho: revogação, consolidação e atualização.

Nós identificamos, em alguns grandes temas de trabalho, por exemplo, o transporte coletivo e isenções de passagens, compreende aí um universo de 64 diferentes legislações que estão em diferentes locais e que, portanto, precisam ser consolidadas para que facilite o trabalho do Parlamento identificar suas legislações, o trabalho do poder público em conseguir encontrá-las também e, obviamente, do cidadão para ele saber a quantas andam essas legislações, sobre o que elas versam. Em utilidade pública, nós estamos fazendo um trabalho de auditoria e de fiscalização para verificar se todas as 788 entidades que estão hoje como utilidade pública de fato ainda estão em atividade, se estão funcionando e fazendo esse cruzamento, então, dos seus dados com o CNPJ perante a Receita Federal e as suas obrigações com a Prefeitura de Porto Alegre.

Regularização fundiária, estamos fazendo uma consolidação e organização das leis que versam sobre isso, são 14 leis no tema que também estão dispostas de forma pouco harmônica. Na questão de conteúdo regulatório essa, sim, talvez uma das maiores áreas. Nós temos aí 635 leis municipais que versam sobre aquilo que muitas vezes se entende seja por leis inúteis, seja por burocracia, seja por regramento para o empreendedor da nossa Cidade que também aí a gente vai ter uma solução encaminhada de revogação, saneamento de marco regulatório da nossa Cidade e, quem sabe, consolidação de parte dessas legislações. Ainda fizemos metrificação de todas essas leis, lembrando que é um grande, é um vasto conjunto de legislação e o tempo é exíguo, então, para isso, a gente precisa dar certa prioridade. Aquelas sem classificação também estão sendo abraçadas para que possam ser dispostas no relatório final dessa Comissão e poder junto com os demais encaminhamentos já pretendidos estarem no relatório final para que este plenário possa fazer a sua avaliação e dar o seu encaminhamento. Lembrando a todos os vereadores que nós não faremos de forma alguma qualquer encaminhamento de revogação e atualização de legislações sem antes consultar os vereadores autores, sem antes tornar aí transparente todo o processo para que esse trabalho seja efetivamente da Câmara Municipal, da instituição e não de um ou outro mandato. O prazo vai ser estendido por 30 dias para que possamos aprofundar essa análise que vem sendo muito produtiva. Quero, de pronto, fazer um agradecimento a todas as equipes do parlamento, sejam elas compostas de assessorias, dos vereadores integrantes da Comissão Especial, como também dos nossos servidores municipais da Câmara que têm colaborado bastante e também o Executivo, que tem as suas parcelas de contribuição naquilo que lhe compete e, conforme o avanço do seu trabalho, no âmbito do Executivo, para essa revisão legislativa e saneamento do nosso escopo jurídico. Ficam aí os agradecimentos especiais a todos os vereadores que participam da Comissão Especial e também nos colocamos à disposição de todos os parlamentares que não integram a Comissão Especial de Revisão Legislativa que fiquem à vontade para colocar suas considerações e contribuições, para que o trabalho avance dentro destes próximos 30 dias, quando nós teremos uma expansão do prazo para que o relatório final seja o mais útil possível para o cidadão de Porto Alegre, esse que está aguardando com ansiedade uma legislação mais simples, mais fácil e mais clara para poder viver e empreender na nossa cidade. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)